



Re: A 65ª Sessão da Comissão das Nações Unidas sobre o Estatuto da Mulher (Tema prioritário: Participação plena e efetiva das mulheres e tomada de decisões na vida pública, bem como a eliminação da violência, para alcançar a igualdade de gênero e o empoderamento de todas as mulheres e meninas ; Tema de revisão: Empoderamento das mulheres e a ligação com o desenvolvimento sustentável)

Declaração Escrita do Conselho Consultivo Anglicano, março 2021

A Comunhão Anglicana é a terceira maior comunhão cristã do mundo, composta por quarenta e uma províncias em 165 países, representando 85 milhões de membros, todos trabalhando em várias funções para transformar estruturas injustas da sociedade, desafiar a violência, conquistar paz e reconciliação, salvaguardar a criação e agir em serviço amigável. O Conselho Consultivo Anglicano dá as boas-vindas ao tema da 65ª Sessão da Comissão sobre o Estatuto da Mulher.

2020 assistiu a uma regressão generalizada na igualdade de gênero. COVID-19 expôs uma ‘pandemia sombra’ de violência doméstica, com muitas mulheres forçadas a isolarem-se com os seus agressores. Os impactos socioeconômicos prejudicaram ainda mais os direitos das mulheres, impedindo o progresso em direção aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e colocando em risco a vida de mulheres e meninas.

Justiça e igualdade de gênero são inerentes ao nosso valor cristão de defender a dignidade humana, e as nossas igrejas são uma testemunha viva de nossa crença de que todos são igualmente feitos à imagem de Deus e devem desfrutar das mesmas liberdades e direitos. A Comunhão Anglicana continua comprometida a desafiar a erosão dos direitos das mulheres e meninas e a apoiar a visão da Agenda 2030 de não deixar ninguém para trás. Apresentamos as seguintes prioridades e recomendações à Comissão:

Colaboração com comunidades religiosas

A fé desempenha um papel importante na vida de 80% da população mundial. Os líderes religiosos têm capital social e espiritual e muitas vezes são confiados pelas comunidades como fontes de informação e apoio, o que foi crucial durante a crise do COVID-19. A parceria com atores religiosos que influenciam positivamente e apoiam suas comunidades é cada vez mais importante.

Níveis crescentes de violência doméstica e insegurança econômica, serviços de saúde inacessíveis, e o risco de desinformação é uma combinação tóxica que marginaliza ainda mais aqueles afetados pela injustiça de gênero e outras formas de opressão. Comunidades religiosas e locais de culto são frequentemente centrais para as comunidades, fornecendo refúgio, educação e serviços que transformam a vida de indivíduos e abordam comportamentos e atitudes prejudiciais. As igrejas existem em comunidades isoladas de outros estados e organizações cívicas, tornando-as importantes parceiras de

governos e organizações internacionais para alcançar todos os setores da sociedade, alcançar a justiça de gênero e abordar a pandemia COVID-19.

Participação plena e efetiva das mulheres: uma perspectiva da igreja

As barreiras à inclusão das mulheres na tomada de decisões existem em toda a sociedade e são exacerbadas em tempos de crise. Atitudes, suposições, estereótipos e expectativas de gênero podem moldar comportamentos negativos e impor fardos a todas as pessoas. A ONU Mulheres relatou recentemente que mulheres e meninas enfrentaram dificuldades únicas durante a pandemia de COVID-19, mas foram excluídas da tomada de decisões em resposta e esforços de recuperação.

A inclusão plena e efetiva de mulheres em instituições e liderança é uma conversa ativa dentro de muitas comunidades religiosas, incluindo a Comunhão Anglicana. As igrejas podem ser exemplos de inclusão de mulheres na vida pública e na tomada de decisões. O Conselho Consultivo Anglicano trabalha para garantir a representação igual das mulheres em todos os órgãos de tomada de decisão e, em 2019, teólogos de seis continentes produziram materiais de estudo para instituições de educação teológica sobre relações justas entre mulheres e homens, meninas e meninos.

As redes anglicanas elevam a liderança das mulheres em diferentes níveis das estruturas da igreja. A Rede Internacional de Mulheres Anglicanas consiste em anglicanas de base que trabalham pela igualdade de participação, segurança e bem-estar das mulheres, promovendo as melhores práticas e conexões. A União das Mães - o maior e mais antigo movimento feminino do mundo, com quatro milhões de membros - tem suas raízes na Comunhão Anglicana e está integrada às estruturas da igreja. Paróquias na Província de Aotearoa, Polinésia e Nova Zelândia envolvem congregantes mais jovens, especialmente meninas, em atividades da igreja, incluindo órgãos de tomada de decisão, desde a infância para normalizar a inclusão de mulheres. As igrejas também estabelecem cotas para mulheres e meninas representantes em comitês e posições de liderança.

Acabar com a violência de gênero: combater a pandemia sombra

Mulheres e meninas experienciaram maior vulnerabilidade e violência de gênero durante a pandemia, incluindo o aumento de violência doméstica, gravidez na adolescência e casamento precoce e infantil forçado. Atores religiosos assumiram a responsabilidade de informar as respostas das suas comunidades a esses desafios. Por exemplo, o secretariado do Conselho Consultivo Anglicano publicou um recurso intitulado Abuso Doméstico e COVID-19: Como as Igrejas podem responder, que equipa as igrejas Anglicanas para identificar, apoiar e resolver questões de violência doméstica.

O combate e a prevenção da violência de gênero não é novidade na Comunhão Anglicana. As igrejas oferecem oficinas de recuperação espiritual para sobreviventes de abuso ou trauma e fornecem apoio psicossocial em comunidades de conflito ou pós-conflito. A Diocese Anglicana de Melbourne estabeleceu um programa de Prevenção Primária para equipar líderes religiosos e comunidades para responder e ajudar a prevenir a violência contra as mulheres por meio de treinamento, orientação e tratamento dos impulsionadores da violência. A Igreja Episcopal Anglicana no Brasil publicou uma cartilha sobre

prevenção e combate à violência de gênero, que foi traduzida para três idiomas e adaptada para uso digital durante a quarentena. O Conselho Consultivo Anglicano e a União de Mães recentemente submeteram um relatório ao Relator Especial da violência contra mulheres acerca da violência de gênero durante a pandemia COVID-19.

Mulheres e desenvolvimento sustentável: respondendo às necessidades humanas

COVID-19 ameaça reverter anos de progresso em direção aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, e mulheres e meninas serão afetadas por retrocessos em todas as áreas da Agenda 2030. À medida que o trabalho decente é comprometido e a insegurança econômica das mulheres aumenta, as mulheres assumem uma parte maior da carga de cuidado, tanto na linha de frente como na sua função como trabalhadoras essenciais e dentro das suas famílias, e são mais propensas a violência doméstica. Estas mudanças correm o risco de empurrar as mulheres de volta às normas regressivas de gênero e aos papéis domésticos.

A agenda de desenvolvimento sustentável não pode ser alcançada sem o cumprimento dos direitos das mulheres e da justiça de gênero. Os Anglicanos são chamados a responder às necessidades humanas por meio do serviço amigável e do cuidado pelos que mais ficaram para trás, conforme as nossas Cinco Marcas da Missão. Por meio de igrejas, comunidades e agências de desenvolvimento, os Anglicanos buscam ser uma bênção para o mundo, inclusive por meio de nossas contribuições para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

A Sociedade de Desenvolvimento e Serviços da Mulher da Diocese de Raiwind, no Paquistão, tem oferecido treinamento vocacional e em obstetrícia para mulheres jovens e casadas nos últimos 31 anos, desenvolvendo a capacidade das mulheres de aceder ao mercado de trabalho ou iniciar seus próprios negócios, trazendo transformando as suas famílias e comunidades. A Igreja Anglicana no sul de África realizou uma consulta sobre os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável em 2020 para explorar sinergias entre os Objetivos e a missão Anglicana. O resultado foi uma resolução desafiando todas as dioceses a aumentar o seu envolvimento com a Agenda 2030, particularmente no combate à violência de gênero (Objetivo 5) e nas mudanças climática (Objetivo 13).

Muitos estados, incluindo Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento, estão lidando com duas pandemias simultâneas: mudanças climáticas e COVID-19. Em 2020, a Melanésia experienciou o ciclone Harold, causando extensos danos e perda de vidas. A Igreja Anglicana ativou seu Centro de Operações de Emergência, limpando entulhos e mobilizando equipas médicas para fornecer a conscientização acerca de COVID-19 e encorajamento espiritual aos sobreviventes. As mudanças climáticas afetam todas as partes da Comunhão Anglicana e são uma preocupação central no nosso trabalho para salvaguardar a integridade da criação de Deus. Garantir que as mulheres, especialmente as mulheres indígenas, estejam na linha de frente das respostas às mudanças climáticas é vital.

Recomendações

Pedimos a Estados Membros, a agências da ONU e à sociedade civil o seguinte:

1. Implementar plenamente a Declaração e Plataforma de Ação de Pequim e todos os outros acordos e compromissos existentes para a igualdade de gênero e a proteção dos direitos das mulheres, sem regressão ou exceção.
2. Reconhecer o papel positivo das comunidades religiosas na construção de relações justas de gênero, transformando as normas sociais e alcançando a igualdade de gênero; considerá-los principais interessados e parceiros nos esforços humanitários, de desenvolvimento e de construção da paz, bem como no combate aos impactos multifacetados do COVID-19.
3. Eliminar barreiras para a representação plena e igualitária das mulheres na liderança e tomada de decisão, incluindo o fim da discriminação e preconceitos de gênero nas leis, políticas e costumes locais e nacionais, e erradicando práticas prejudiciais que perpetuam a violência contra mulheres e meninas.
4. Investir na prevenção e resposta à violência contra mulheres e meninas, incluindo abordando as causas da violência, como o patriarcado, a misoginia e a discriminação; desafiando as estruturas sociais que beneficiam da opressão sistêmica de mulheres e meninas; e fornecendo espaços seguros e acessíveis onde mulheres e meninas possam buscar refúgio e tomar medidas legais contra seus agressores.
5. Implementar medidas especiais e financiamento preferencial para apoiar mulheres e meninas particularmente vulneráveis às mudanças climáticas, inclusive em Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento, fornecendo sistemas de proteção social, educação, oportunidades de emprego e treinamento em adaptação e mitigação.
6. Incluir a Agenda 2030 nos planos de desenvolvimento nacional, dando maior atenção às necessidades das mulheres e meninas, especialmente mulheres indígenas e mulheres que vivem na pobreza, e renovar o compromisso com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.